



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 392/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- 1- Processo TCE nº 1606/2015 (04 Vols).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.
- 4- Exercício:** 2014.
- 5- Responsável:** Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD-MA – Informação nº 017/2016 (fls. 744/749).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1618/2016-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 751/752).
- 8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Assistência Social. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com ressalvas. Multa. Determinação à Origem. Remessa dos autos à DICREX.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Regular com ressalvas** as Contas da Sra. **Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, exercício de 2014, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

**9.2-** Em consonância com o Parquet sugiro **aplicação de multa** à responsável, em razão do descumprimento à LC 131/2009 e Lei nº. 12.527/2011, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) com base no Art. 54 da lei nº 2423/96 combinado com Art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002 do TCE-AM;

**9.3- Determinar à origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, a implantação do portal da Transparência, em conformidade com a LC 131/2009 e da Lei nº. 12.527/2011;

**9.4-** Quanto à sugestão do Parquet, item “b” do Parecer nº 1618, fls. 752, em **aplicar multa** à responsável com base no art. 54 da Lei nº 2423/96 com Art. 308, inciso II da Resolução nº 04/2002 do TCE-AM, referente aos atrasos na entrega de balancetes



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 392/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

mensais. Considerando que a responsável não foi notificada quanto a irregularidade, limito-me a fazer determinação rigorosa à gestora, para que tal restrição não se repita nos próximos exercícios, sob pena de julgamento futuro pela irregularidade das contas;

**9.5- Observar**, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

**9.6- Remeter os autos à DICREX** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**10- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de Maio de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral